

Capitalismo dos excessos: um olhar da economia política sobre o fenômeno do uso problemático de substâncias psicoativas na contemporaneidade.

Capitalism of excess: a political economy perspective on the phenomenon of problematic use of psychoactive substances in contemporary times.

Capitalismo de excesos: una perspectiva de economía política sobre el fenómeno del uso problemático de sustancias psicoactivas en la época contemporánea.

Vinícius Souza Atalaia da Silva: Universidade de São Paulo – USP, Faculdade de Saúde Pública / USP. São Paulo, SP, Brasil. ORCID: 0009-0002-1345-5437

Brunna Verna Castro Gondinho: Universidade Estadual do Piauí – FACOE / UESPI. Teresina, PI, Brasil. ORCID: 0000-0002-1061-4407

Resumo

O uso de substâncias psicoativas sempre esteve presente na civilização, mas somente a partir do advento e desenvolvimento do capitalismo seu consumo se constituiu como um fenômeno problemático de dimensão global que evoca intervenções em diversas áreas, incluindo na saúde pública. E é a caracterização desse uso problemático de substâncias psicoativas no contexto de saúde pública da sociedade contemporânea a partir do desenvolvimento do capitalismo sob a ótica da economia política que justifica esse trabalho em direção ao seu objetivo geral que trata de: Expor o olhar da discussão científica a respeito do capitalismo sobre o uso de substâncias psicoativas em saúde pública por meio de uma revisão integrativa que coletou publicações na plataforma DeCs/MeSH Descritores em Ciências da Saúde na base de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) em que foram incluídos 11 estudos que consideravam relevantes discussões sobre uso de substâncias psicoativas aliado a estrutura capitalista e/ou as respostas sob o olhar da saúde pública que explicitaram uma visão crítica e multifacetada sobre a relação entre o capitalismo e o uso problemático de substâncias psicoativas no campo da saúde pública, em que tais substâncias psicoativas – lícitas e/ou ilícitas, são fundamentalmente concebidas como mercadorias dentro da estrutura e dinâmica do modo de produção capitalista em que o Sistema Único de Saúde (SUS) tem apresentado diversas respostas complexas, contraditórias e influenciadas por diferentes concepções teóricas e lógicas sociais, muitas vezes submetidas à própria lógica capitalista e medicalizante.

Descritores: Abuso de drogas, capitalismo, saúde pública.

Abstract

The use of psychoactive substances has always been present in civilization, but only since the advent and development of capitalism has its consumption become a problematic phenomenon of global dimensions that calls for interventions in various areas, including public health. And it is the characterization of this problematic use of psychoactive substances in the context of public health in contemporary society, based on the development of capitalism from the perspective of political economy, that justifies this work towards its general objective, which is to: To expose the view of the scientific discussion regarding capitalism on the use of psychoactive substances in public health through an integrative review that collected publications on the DeCs/MeSH Health Sciences Descriptors platform in the Virtual Health Library (VHL) database, in which 11 were included studies that considered relevant discussions about the use of psychoactive substances linked to the capitalist structure and/or responses from a public health perspective that explained a critical and multifaceted view of the relationship between capitalism and the problematic use of psychoactive substances in the field of public health, in which such psychoactive substances – legal and/or illegal, are fundamentally conceived as commodities within the structure and dynamics of the capitalist mode of production in which the Unified Health System (SUS) has presented several complex, contradictory responses influenced by different theoretical conceptions and social logics, often subject to the capitalist and medicalizing logic itself.

Keywords: Drug abuse, capitalism, public health.

Resumo

El uso de sustancias psicoactivas ha estado siempre presente en la civilización, pero sólo a partir del advenimiento y desarrollo del capitalismo su consumo se ha convertido en un fenómeno problemático de dimensiones globales que requiere intervenciones en diversos ámbitos, incluida la salud pública. Y es la caracterización de este uso problemático de sustancias psicoactivas en el contexto de la salud pública en la sociedad contemporánea, a partir del desarrollo del capitalismo desde la perspectiva de la economía política, lo que justifica este trabajo en pos de su objetivo general, que es: Exponer la visión de la discusión científica sobre el capitalismo en el uso de sustancias psicoactivas en salud pública a través de una revisión integradora que recogió publicaciones en la plataforma Descriptores en Ciencias de la Salud DeCs/MeSH en la base de datos de la Biblioteca Virtual en Salud (BVS), en la que se incluyeron 11 estudios que consideraron discusiones relevantes sobre el uso de sustancias psicoactivas vinculadas a la estructura capitalista y/o respuestas desde una perspectiva de salud pública que explicaron una visión crítica y multifacética de la relación entre el capitalismo y el uso problemático de sustancias psicoactivas en el campo de la salud pública, en el que dichas sustancias psicoactivas – legales y/o ilegales, son concebidas fundamentalmente como mercancías dentro de la estructura y dinámica del modo de producción capitalista en el que el Sistema Único de Salud (SUS) ha presentado diversas respuestas complejas, contradictorias e influenciadas por diferentes concepciones teóricas y lógicas sociales, muchas veces sujetas a la propia lógica capitalista y medicalizante.

Palabras-claves: Abuso de drogas, capitalismo, salud pública.

1. Introdução

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), droga é qualquer substância não produzida pelo organismo e, quando introduzida no mesmo, tem a propriedade de modificar seu funcionamento¹.

As drogas utilizadas para alterar o estado cerebral e que causam modificações no psiquismo são denominadas drogas psicotrópicas, também conhecidas como substâncias psicoativas (SPA) e é esta especificação do amplo universo das drogas que estamos abordando neste trabalho¹.

A substância psicoativa objetivamente não se caracteriza por um juízo de valor bom ou ruim. E que é, a finalidade de seu uso em produzir efeitos benéficos ou maléficos, em sua vasta gama de aplicações, que este valor é atribuído¹.

Por este olhar o consumo de substâncias psicoativas sempre esteve presente na civilização, podendo ou não estar envolvida com a transcendência espiritual, sociabilização, tratamentos de saúde e obtenção de prazer ou evite ao desprazer, entre outras razões. Por este motivo, no tratamento de doenças, as substâncias psicoativas ministradas que produzem efeitos benéficos à saúde são consideradas medicamentos e as que provocam danos à saúde são consideradas venenos ou tóxicos. Desta forma, a mesma substância pode estar em função da saúde ou do agravo do sujeito dependendo da situação, momento ou mesmo, dosagem².

Considerando que iremos discorrer de modo mais extenso sobre os modos de utilização das substâncias psicoativas pelos seres humanos ao longo do tempo, assim como algumas das funções assumidas de acordo com as constituições sociais, é importante ressaltar que foi no século XIX, que houve uma tolerância social das substâncias psicoativas capaz de estrear seu uso para fins exclusivamente recreativos em larga escala. Vinhos à base de folha de coca, salões de ópio, consumo de maconha e anos mais tarde a presença de cocaína em bebidas de livre comércio marcam a transição da perspectiva divinal para uma perspectiva de consumo de substâncias psicoativas².

A partir de então é no Oriente, mais precisamente na China que parece se apresentar

a primeira grande crise de saúde pública causada pelo uso problemático de substâncias psicoativas. Foi através da tentativa chinesa em controlar o uso abusivo do ópio por grande parte de sua população através de medidas como o impedimento da comercialização do psicotrópico em seu território que deflagrou o primeiro conflito armado tendo o ópio no centro e a Inglaterra, à época a maior representante comercial do psicotrópico, como inimigo. Episódio, historicamente conhecido como a primeira Guerra do Ópio ocorrida entre os anos de 1839 – 1842 que resultou no Tratado de Nanquim. Quatorze anos depois de ser derrotada pela Inglaterra a China continuava a ter problemas com o uso indevido da substância psicotrópica e a abordagem a um navio de bandeira britânica deflagrou a segunda Guerra do Ópio tendo agora, não apenas a Inglaterra como adversária, mas também a França. Combate que ocorreu entre os anos de 1856 – 1860 e resultou no Tratado de Tianjin que consolidou a vitória dos aliados sobre a China³.

Tal fato apresenta consigo o encontro de diferentes áreas que estão intrinsecamente enredadas no corpo deste trabalho sob as perspectivas da sociologia, psicologia, história, antropologia e, sobretudo da economia que esperamos oferecer subsídios para a reflexão de um tema que se mostra essencial na sociedade contemporânea: qualificar a relação da mercantilização de substâncias psicoativas na indução do consumo problemático impactando diretamente na Saúde Pública.

Desta forma, segue-se em direção através da contextualização dos tipos de constituição econômico-sociais, assim como da transformação das finalidades do uso de substâncias psicoativas pelos homens e mulheres antes da sociedade industrial – em que esta relação era sobretudo singular e particularizada – para o estatuto ao qual foi alçada após a sua assunção ao estado de produto comercial e se desenvolve enquanto uma problemática social e de saúde pública com variadas tentativas de intervenções do Estado, seja por perspectivas mais restritivas ou mais flexíveis em diferentes campos que compõem o pano de fundo para a discussão deste tema sob a luz econômica até se chegar à saúde pública pela via da assistência e gestão do Sistema Único de Saúde no Brasil.

2. Método

Estruturado de acordo com a revisão integrativa como metodologia para a coleta sistematizada dos dados, este estudo teve seu desenvolvimento determinado por cinco etapas, sendo elas: 1) Elaboração da pergunta norteadora; 2) Busca de estudos publicados nas bases de dados; 3) Organização dos estudos no sistema COVIDENCE; 4) Análise dos títulos e resumos e leitura dos artigos com base nos critérios de inclusão; 5) Discussão dos resultados e síntese do conhecimento.

A partir da pergunta norteadora: "O que a literatura científica apresenta sobre o capitalismo e o uso de substâncias psicoativas em saúde pública?" perseguiu seu objetivo geral que trata de: Expor o olhar da discussão científica a respeito do capitalismo sobre o uso de substâncias psicoativas em saúde pública, percorrendo assim, pelos objetivos específicos estabelecidos: a) Considerar as formas das relações da humanidade com o uso das substâncias psicoativas ao longo do tempo; b) Analisar o uso de substâncias psicoativas enquanto um problema de saúde pública a partir da análise do desenvolvimento do capitalismo; c) Analisar as respostas que o Sistema Público de Saúde tem apresentado em relação ao uso problemático de substâncias psicoativas.

A busca adotada foi estruturada no período entre outubro de 2024 e março de 2025 na plataforma DeCs/MeSH Descritores em Ciências da Saúde na base de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) por meio da utilização de combinações de termos estruturados com o uso dos operadores booleanos "AND" e "OR" considerando três eixos:

1. População: Transtornos relacionados ao uso de substâncias; uso recreativo de drogas; detecção do uso de substâncias; drogas ilícitas; abuso de drogas;
2. Fenômeno: Mercantilismo e Capitalismo;
3. Contexto: Saúde Pública.

Constituindo, desta forma, a sintaxe abaixo utilizada:

(saude publica) AND (mercantilizacao) OR (capitalismo) AND (transtornos relacionados ao uso de substancias) OR (uso recreativo de drogas) OR (deteccao do abuso de substancias) OR (drogas ilicitas) OR (abuso de drogas) AND fulltext:("1" OR "1" OR "1" OR "1") AND instance:"regional

Estabeleceu-se como critério de inclusão as publicações que relatassem ou discutissem a temática do uso problemático de substâncias ou sobre o capitalismo ou ainda sobre saúde pública, ainda que sob considerações abrangentes vinculassem dois dos temas indicados para que pudéssemos abordar o escopo desejado da revisão, considerando artigos completos no idioma português, inglês e espanhol não havendo recorte temporal. Vale ressaltar que estudos como teses, dissertações e publicações oficiais resultantes da pesquisa também foram incluídas.

3. Resultados

A busca na plataforma BVS resultou em 282 estudos que foram submetidos a avaliação no software COVIDENCE e por consequência apresentou 14 publicações duplicadas, restando assim 268 estudos que foram analisados conforme critérios de elegibilidade detalhados abaixo, resultando em 238 publicações excluídas e mantendo outras 30 publicações que foram lidas integralmente permanecendo 11 estudos incluídos na presente pesquisa e outros 19 excluídos por não serem considerados relevantes para o propósito do trabalho de acordo com os critérios de exclusão. A síntese dos resultados obtidos na busca sistematizada encontra-se na Figura 01.

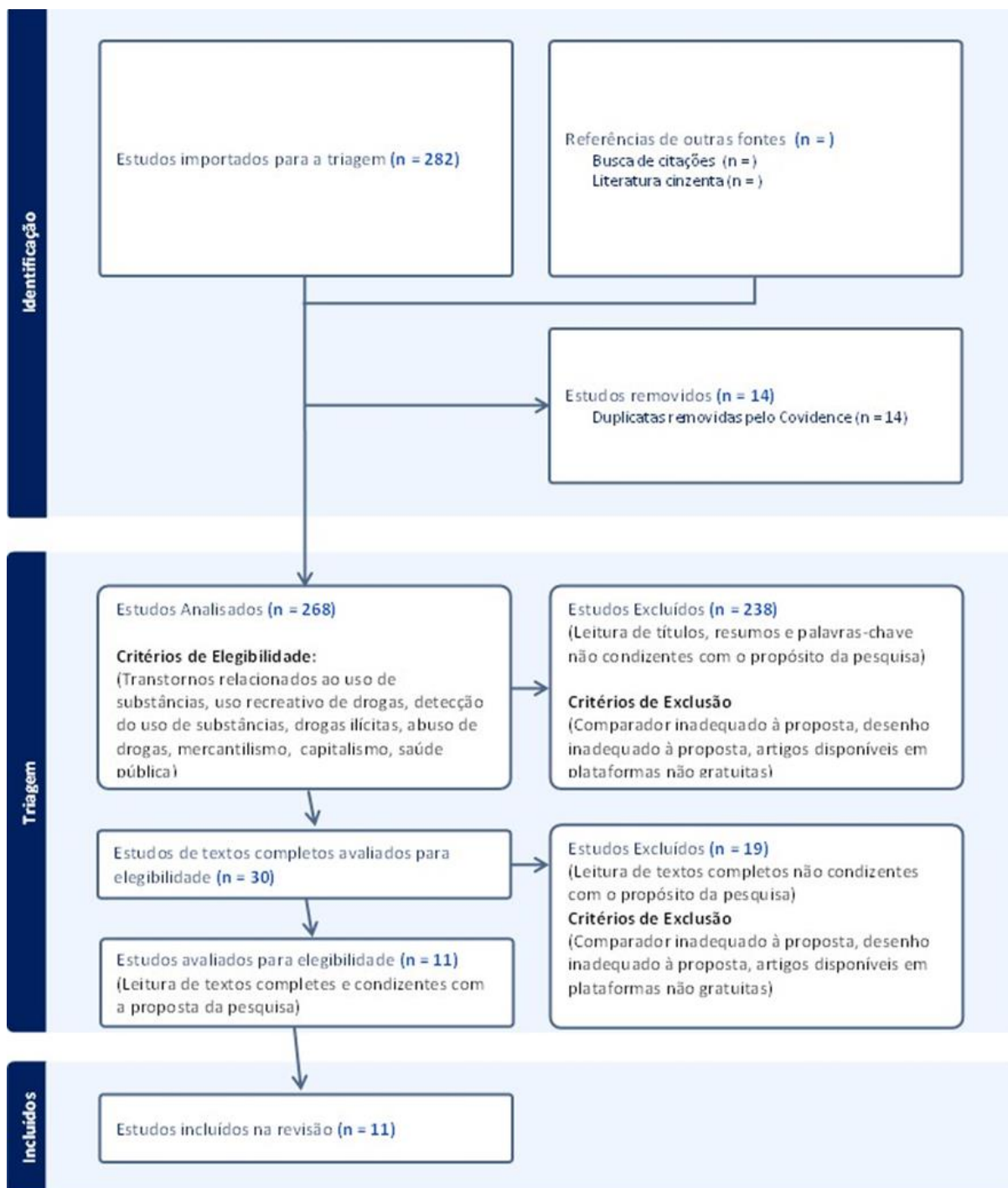


Figura 01. Síntese da busca sistematizada
 Fonte: Elaborado via COVIDENCE.

Parte significativa das referências excluídas não abordavam de forma macro o tema do uso abusivo de substâncias psicoativas sob a discussão do desenvolvimento capitalista. Muitos deles centrava a abordagem sobretudo na clínica e/ou terapêutica singular da relação do sujeito com o objeto não abordando conceitos correlacionados com o escopo deste trabalho.

Enquanto os estudos selecionados apresentados no Quadro 01 trazem a caracterização, com a descrição do autor, ano de publicação, objetivos do estudo, população e os aspectos metodológicos que foram utilizados entendendo-se abordar aspectos relevantes para o desenvolvimento do presente artigo.

Quadro 01:

Autor (ano)	Objetivos	População do Estudo	Aspectos Metodológicos	Tipo de Publicação
Arruda, Marcel Segalla Bueno. (2014)	Compreender o sujeito social que constitui a Cracolândia paulistana	O sujeito social na Cracolândia	Materialismo Histórico e Dialético no Campo da Saúde Coletiva	Dissertação de Mestrado
Frazão P, Minakawa MM. (2018)	Recuperar os sentidos mais amplos do termo "medicalização"	Analisar a literatura existente	Ensaio teórico	Artigo Científico
Machado PP, Oliveira NRF de, Mendes ÁN. (2016)	Discutir como a alimentação passou a ser dominada pela lógica privada do capital	Alimento / mercadoria	Perspectiva teórica marxista determinada pela concepção crítica-dialética e de outras abordagens heterodoxas	Artigo Científico
Max R, Danziato L. (2015)	Analisar os efeitos subjetivos da biopolítica das drogas	Os indivíduos e grupos afetados pelo consumo e controle biopolítico das substâncias psicoativas	Análise histórica e genealógica das relações de poder/produção em torno das drogas	Artigo Científico
Pasquim, Heitor Martins. (2017)	Construir um arcabouço teórico-metodológico para uma proposta crítica ao "lazer viciado" na área de substâncias psicoativas	Trabalhadores da saúde mental em serviços públicos especializados no cuidado de consumidores de substâncias psicoativas	Metodologia de pesquisa-ação emancipatória (PAE), alinhada à perspectiva da saúde coletiva e ao materialismo histórico-dialético	Tese de Doutorado
Pechansky F, Szobot CM, Scivoletto S. (2004)	Descrever os aspectos epidemiológicos, etiopatogênicos e diagnósticos associados ao consumo de bebidas alcoólicas por adolescentes	Adolescentes na faixa etária entre 12 e 18 anos	Revisão que compreende análise e síntese de informações de diversos estudos epidemiológicos e levantamentos já existentes	Artigo Científico
Santos, V. E. dos, Soares, C. B., & Campos, C. M. S. (2012)	Descrever e analisar o percurso da Redução de Danos	Países que incorporaram a Redução de Danos	Revisão de publicações científicas	Artigo Científico
Silveira LC, Almeida AN, Carrilho C. (2019)	Analisar o fenômeno do abuso dos benzodiazepínicos	Profissionais de saúde e usuáries dos serviços de saúde	Pesquisa descritiva de natureza qualitativa	Artigo Científico

Autor (ano)	Objetivos	População do Estudo	Aspectos Metodológicos	Tipo de Publicação
Soares, Cassia Baldini. (2007)	Sistematizar um arcabouço teórico-metodológico e operacional para intervenção junto a jovens	Jovens na faixa etária entre 15 e 24 anos	Pesquisa sob a perspectiva da Saúde Coletiva e fundamentos do materialismo histórico e dialético	Tese de Livre Docência
Toby Seddon, (2014)	Repensar o problema das Novas Substâncias Psicoativas (NPS), através da ótica da regulamentação	As Novas Substâncias Psicoativas e os mercados que emergiram em torno delas	Análise comparativa	Artigo Científico
Ventriglio A, Bhugra D. (2023)	Analisar e discutir o impacto das políticas do capitalismo neoliberal na saúde mental dos indivíduos	As políticas do capitalismo neoliberal na saúde mental	Revisão e síntese de informações e pesquisas previamente publicadas	Artigo Científico

Continuação do Quadro 01

Dos 11 estudos selecionados, oito deles se constituem como artigos científicos, uma tese de livre-docência, uma tese de doutorado e uma dissertação de mestrado.

Ao analisarmos os estudos sob o olhar dos objetivos desta pesquisa, podemos considerar que dez deles abordam o uso de substâncias psicoativas, oito deles apresentam uma discussão econômica sobre o capitalismo e seis deles refletem sob o olhar da saúde pública. Dados e informações relevantes que embasaram a discussão a seguir.

4. Discussão

4.1 Os ciclos econômicos do capitalismo e sua dinâmica

A análise dos ciclos econômicos do capitalismo, descreve um sistema que é intrinsecamente impulsionado pela busca incessante de lucro e acumulação de capital, operando através de contradições e crises estruturais que moldam profundamente a sociedade, o trabalho e até mesmo a subjetividade humana^{4,5}.

Essa busca incessante por lucro se dá pela produção de mais-valia, extraída do trabalho não pago, e o desejo insaciável de valorização do capital. Capital esse que assume múltiplas funções, operando de forma autônoma e dialética no ciclo global de circulação^{4,5}.

Para garantir esse objetivo o sistema capitalista apresenta uma dinâmica propensa a

crises estruturais, como a queda persistente da taxa de lucro observada a partir dos anos 1970. Essas crises resultam em uma superacumulação de capital, onde há capital e trabalho "ociosos". A "solução" para essa crise muitas vezes envolve a "destruição de capital" (como a aquisição de bens de capitalistas menores a preços reduzidos), um processo que permite a recuperação da taxa de lucro através da centralização e concentração do mercado. Essa dinâmica se apresentou insuficiente para restaurar resultados de grandes lucros de épocas anteriores e por isso o sistema progrediu para a intensificação de políticas neoliberais que precarizaram salários e condições de trabalho daqueles que não sobrevivem do lucro^{4,5}.

Com o advento do neoliberalismo e suas características radicais de financeirização o capital fictício passa a sobrepor a o capital produtivo e observa-se uma crescente canalização dos lucros para o setor financeiro, caracterizando a dominância do capital portador de juros e, especialmente, do capital fictício. O capital fictício é a forma mais objetiva da relação capitalista, onde dinheiro produz dinheiro, sem que seja necessária qualquer produção. Sua natureza especulativa e ilusória tem a propensão de demandar da economia "mais do que ela pode dar", exacerbando conflitos sociais e impondo pressões fiscais sobre as rendas menores. Novos instrumentos financeiros, como os derivativos, permitem ganhos especulativos a partir da oscilação de preços, com grandes investidores financeiros transformando-se em proprietários para especular e aumentar lucros, acentuando assim a dinâmica do capitalismo neoliberal sobre a produção industrial liberal⁵.

A crise dos anos 1970 levou a uma reestruturação produtiva que resultou no abandono do pleno emprego, flexibilização e precarização da força de trabalho. Isso criou um contingente industrial reserva de pessoas que, embora marginal, contribui para a diminuição dos custos de circulação e o aumento da riqueza para os capitalistas. O trabalho informal cresce como forma de sobrevivência, especialmente nas periferias. A ameaça da não produtividade ronda os trabalhadores, e a lógica do "jobless growth" (crescimento sem emprego) se solidifica e de forma contraditória a pobreza cresce na razão direta em que aumenta a capacidade social de produzir / acumular riquezas⁶.

O capitalismo transforma praticamente tudo em mercadoria e, as substâncias

psicoativas não são afetadas de maneira distinta, já que até as relações humanas o são. Essa lógica da mercadoria leva a um consumo insaciável, fenômeno também conhecido como consumismo. Com isso o sistema capitalista não apenas gera o "mal-estar social" — caracterizado por insegurança, desemprego e precarização — mas, paradoxalmente, também oferece "soluções aliviadoras" para esse mal-estar, que por sua lógica nuclear, também são comodificadas e submetidas ao capital. O uso / consumo de substâncias psicoativas emerge como uma dessas "soluções aliviadoras" ou "modulações químicas da subjetividade"^{4,6,7 e 8}.

Dessa forma o capitalismo é descrito como um sistema de caráter totalizador, embora não absoluto, que submete todas as esferas da vida social – desde a saúde, educação, agricultura, arte, até as relações pessoais – à lógica de expansão do capital. Essa lógica despótica do espaço privado sobre o público impõe valores de competição, individualismo e hedonismo. A financeirização e a produção de capital fictício exemplificam esse despotismo, exigindo da economia "mais do que ela pode dar" e gerando privação para muitos em meio a grande riqueza para poucos. A própria democracia é redefinida e reduzida pelo liberalismo para proteger a propriedade e o mercado do poder democrático⁹.

Em suma, os ciclos econômicos do capitalismo são caracterizados por uma dinâmica contínua de acumulação e crise, impulsionada pela busca de mais-valia e cada vez mais pela financeirização e pelo capital fictício. Essa dinâmica resulta na precarização do trabalho, na comodificação generalizada da vida e na geração de um "mal-estar social", ao qual o sistema oferece soluções também comodificadas. Os estudos abordados apontam que essa lógica é inerentemente contraditória e distante de um modelo sustentável ou de bem-estar social.

4.2 As características do uso de substâncias psicoativas relacionadas às fases do capitalismo.

Considerando que a busca incessante de lucro e acumulação de capital foram se desenvolvendo por meio de um aprofundamento por meio da fetichização do capital o fenômeno do uso de substâncias psicoativas também foi comoditizado, tornando-se mercadoria e conseqüentemente produto de consumo que constituiu todo um mercado que

favorece consumismo, ou seja, a relação fetichista da relação humana com a substância psicoativa através de um processo complexo e multifacetado, intrinsecamente ligado à lógica de expansão e acumulação do capital no sistema capitalista.

Como informado na introdução deste trabalho em tempos pregressos ao surgimento do capitalismo, o consumo de substâncias era permeado, em especial, por características culturais e ritualísticas, muitas vezes com propósitos dietéticos ou terapêuticos. O termo grego *phármakon* ilustra essa dualidade, podendo significar tanto remédio quanto veneno, e indicava a interferência de um elemento artificial no curso natural da vida. Substâncias como especiarias eram usadas para regular humores corporais⁸.

Com a Época Moderna e o capitalismo mercantilista (século XVI), as drogas começaram a se tornar objetos de comércio. O termo "droog" (raiz da palavra "droga") surgiu no comércio marítimo holandês para designar produtos negociados em portos, incluindo especiarias como noz-moscada, açúcar, café, chocolate, tabaco e chá, que tinham funções alimentares, medicinais e estéticas. A produção em larga escala de bebidas alcoólicas nos séculos XVII e XVIII marcou um declínio de seus referenciais simbólico-culturais, passando de uma fabricação doméstica e ritualística para a produção em massa⁸.

No século XIX, com o capitalismo imperialista, o mercado de substâncias psicoativas foi ativamente usado como ferramenta de dominação política e econômica, como exemplificado pelas Guerras do Ópio (1839-1842 e 1856-1860) promovidas pelo Império Britânico contra a China. Isso demonstra o papel do Estado como agenciador da violência em função de seus interesses soberanos^{3,8}.

O avanço técnico-científico no século XIX levou ao surgimento das substâncias psicoativas sintéticas (morfina, codeína, cocaína, heroína) como produtos farmacêuticos, comercializadas por grandes empresas como Merck e Bayer. Isso representou uma ruptura no campo do conhecimento e das práticas medicinais, transformando a substância psicoativa em um "produto científico por excelência" no século XX⁸.

No cerne do capitalismo, a produção de mais-valia (lucro) e o desejo insaciável de valorização do capital impulsionam a transformação de tudo em mercadoria. A riqueza das

sociedades capitalistas é vista como uma "enorme coleção de mercadorias", sendo a mercadoria individual sua forma elementar⁸.

A substância psicoativa, como produto do trabalho útil, pode assumir a forma de mercadoria ao gerar valor de uso e valor de troca. A legalidade ou ilegalidade do seu comércio torna-se indiferente para a expressão do seu valor⁵.

O capitalismo transformou o consumo de substâncias psicoativas, antes circunstanciado a contextos culturais específicos, em um consumo indiscriminado que coloca os indivíduos na condição de consumidores insaciáveis de mercadorias. A produção de um produto no capitalismo não é fundamentada na necessidade humana, mas na possibilidade de acumulação de capital^{2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14}.

O narcotráfico se afirma como um dos efeitos dos novos tempos capitalistas, com lucros maximizados, tornando a substância psicoativa a segunda mercadoria mais negociada e economicamente vantajosa no mundo, após as armas. Quando se incluem as substâncias psicoativas lícitas (álcool, tabaco, café, chá e produtos da indústria farmacêutica), o ramo das substâncias psicoativas torna-se o principal do comércio mundial, sob a hegemonia do capital financeiro⁸.

Dessa forma o Quadro 02 apresenta uma síntese do percurso da comoditização da substância psicoativa vinculadas às fases do desenvolvimento do capitalismo:

FASES DO CAPITALISMO	RELAÇÃO TEMPORAL	PRESSUPOSTO	MARCOS
Mercantilismo (Capitalismo Comercial)	Do Século XIV ao XVIII	Comércio, acumulação de riqueza e exploração de recursos, colonialismo	Álcool, tabaco, especiarias
Capitalismo Industrial	Do Século XVIII ao XIX	Manufatura, produção em larga escala, desenvolvimento tecnológico, desigualdade social, imperialismo	1ª Guerra do Ópio (1839 – 1842) 2ª Guerra do Ópio (1856 - 1860)

Capitalismo Financeiro	Do Século XIX ao XX	Especulação financeira, empresas transnacionais, inovação tecnológica, crédito financeiro, expansão imperialista	Constituição de Cartéis, Cracolândia, Indústrias Farmacêuticas,
Capitalismo Neoliberal	Período atual – Século XXI	Livre mercado, desregulamentação, privatização, livre comércio, financeirização, acentuação do discurso da liberdade individual	Novas Substâncias Psicoativas, Constituição de Serviços de Saúde Específicos

Quadro 02 / Fonte: Elaboração própria do autor

4.3 O uso de substâncias psicoativas como problemática social e de saúde pública associada ao modo de produção capitalista

O capitalismo não apenas gera o "mal-estar social" (insegurança, desemprego, precarização), mas também oferece "soluções aliviadoras" para esse mal-estar, que também são comodificadas e submetidas ao capital. O consumo de substâncias psicoativas emerge como uma dessas "soluções aliviadoras" ou "modulações químicas da subjetividade"⁷.

É importante ressaltar que neste ponto não utilizamos apenas o termo "uso de substâncias psicoativas" mas sim o termo "consumo de substâncias psicoativas" pelo fato de já termos compreendido o processo de comoditização dessa relação humana com tais substâncias, independentemente da discussão de sua licitude.

Essa dinâmica própria do capitalismo em "fetichizar" objetos de consumo se apresenta como o cenário indutor (em uma posição mais ativa) para o fenômeno do consumo de substâncias psicoativas de modo induzido (enquanto uma posição mais neutra e/ou de consequência)^{7,8}.

A leitura psicanalítica que explica por meio da estrutura do discurso capitalista em como os objetos se transformam em *gadgets*, ou seja, objetos de consumo de uso curto e rápido que sugerem suprir uma falta subjetiva por meio de uma satisfação precária e fugaz que decai rapidamente impulsionando o sujeito / consumidor a buscar novos objetos de forma incessante e, que por este encontro entre um cenário de gênese e indução capitalista associado ao mal estar social e humano, fazem do consumo das substâncias psicoativas uma problemática social e de saúde pública da contemporaneidade^{7,8}.

O problema social e de saúde pública se instala quando o consumo destas mercadorias (substâncias psicoativas) que possui propriedades biológicas passíveis de ressignificar seu caráter nesse processo tornando-se essencial ao sujeito / consumidor transformando sua demanda em necessidade e sob a ótica econômica uma demanda inelástica quando o próprio sujeito / consumidor passa a constituir uma nova relação com o objeto alternando sua posição com este, caracterizando assim a dependência^{7,8}.

Destarte problemas sociais emergem deste complexo situacional, de forma a se relacionar ora sendo indutor, ora sendo induzido gerando um ciclo como a não proteção social e a deterioração das relações de trabalho, impulsionadas pelo neoliberalismo que contribuem para que o consumo de substâncias psicoativas se torne uma forma de lidar com o mal-estar⁶.

Ou quando a indústria farmacêutica que impulsiona a medicalização de problemas sociais, transformando necessidades sociais em necessidades de saúde sob jurisdição médica, legitimando o consumo de medicamentos para gerenciar o mal-estar social. No caso dos benzodiazepínicos, a prescrição é justificada pelo mal-estar social (violência, tráfico), mas termina por sustentar o tráfico, criando um "curto-circuito perverso que se retroalimenta vorazmente"⁷.

Ou mesmo quando o Estado assume a postura proibicionista que, paradoxalmente, hipertrofia os lucros do ramo clandestino e serve como uma política protecionista para a geração de mais capital. Essa política, ao invés de reduzir a oferta, leva ao aumento do valor das substâncias psicoativas no mercado, funcionando como uma técnica biopolítica que autoriza o discurso médico a intervir nas práticas de consumo e, ao mesmo tempo, controla os excessos de segmentos sociais, como pobres, imigrantes e negros⁸.

Em suma, a relação entre as substâncias psicoativas, o capitalismo e o mal-estar contemporâneo é um ciclo impulsionado pela busca insaciável por lucro e pela expansão do capital. As substâncias psicoativas, transformadas em mercadorias e "gadgets" pela tecnociência, são apresentadas como "soluções" para o sofrimento social gerado pelo próprio sistema, enquanto políticas de proibição paradoxalmente alimentam o mercado

ilegal e servem como ferramentas de controle social.

4.4 Respostas da Saúde Pública

A Saúde Pública tem apresentado uma variedade de respostas em relação ao consumo problemático de substâncias psicoativas, refletindo diferentes concepções teóricas, políticas e práticas, que também denotam a compreensão no modo de cuidado às pessoas que sofrem pelo uso problemático de substâncias psicoativas^{4, 6, 10, 11, 12, 13 e 14}.

A crescente taxa de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) e a mortalidade associada a elas evidenciaram as limitações dos serviços de saúde. Isso reforçou a compreensão de que a origem de uma enfermidade em um indivíduo não é idêntica à causa da ocorrência de doenças em uma população. Assim, diferenciam-se duas visões, sendo uma visão mais ampla, que busca identificar os determinantes sociais relacionados a níveis de saúde mais baixos, e a partir disso, elaborar estratégias de saúde pública direcionadas à população em sua totalidade e outra mais focada, que se dedica a reconhecer indivíduos mais vulneráveis ou expostos a riscos, com o objetivo de implementar medidas para sua proteção⁹.

Historicamente, as políticas brasileiras para as substâncias psicoativas consideradas ilícitas têm sido marcadas por legislações específicas e emergenciais, que reflete a política internacional de abstinência total. Essa abordagem conservadora exime a estrutura e a dinâmica social da responsabilidade pelos problemas do consumo de substâncias psicoativas, culpabilizando os usuários por todos os males advindos da produção, distribuição e consumo⁶.

As ações estatais muito vinculadas à programas do escopo da Saúde Pública tradicional ancoradas na frequente perspectiva do conceito da abstinência total com adoção de práticas belicosas, envolvendo violência, repressão e proibicionismo, e que têm obtido resultados nulos ou negativos, punindo seletivamente as pessoas economicamente mais vulneráveis⁶.

Sob o olhar da **Saúde Pública Tradicional**, os estudos frequentemente abordam aspectos biológicos e comportamentais da chamada "dependência química". Essas

pesquisas destacam as características farmacológicas e psicoativas das substâncias sobre o sistema nervoso central, mas carece de discussões sobre categorias sociais, como classe ou gênero. Restrição que está diretamente ligada ao desenho das pesquisas que visam traçar um perfil epidemiológico dos usuários de substâncias psicoativas com base em fatores sociodemográficos isolados e padrões de morbidade e mortalidade⁶.

Uma das limitações apontadas a esta perspectiva é a falta de discussão sobre conjuntos sociais, tal como não oferece uma compreensão abrangente da amplitude do consumo, da conjuntura social, da trajetória de vida e da individualidade de cada consumidor.

A terminologia "dependência", especialmente "dependência química", foi concebida pela Psiquiatria nos anos 1970, em um período de "guerra às drogas", nomeando um estado duradouro de submissão a uma substância psicoativa, resultando na perda da autonomia sobre o consumo.

A Moderna Saúde Pública difere da abordagem tradicional ao incorporar o conceito de empoderamento, que se aplica tanto a indivíduos quanto aos grupos sociais. Essa perspectiva busca dar mais poder para que indivíduos e grupos sociais possam encontrar suas próprias soluções e superar as restrições de seus contextos a fim de melhorar a saúde. Na prática, isso se traduz na atribuição de responsabilidade pelo cuidado da saúde ao próprio indivíduo e aos grupos sociais. No entanto, os indivíduos, isoladamente, ou em seus grupos sociais – que frequentemente compartilham apenas carências – assumem o encargo por sua saúde e pela incapacidade de promover mudanças, mesmo sem ter poder efetivo para uma transformação radical de suas necessidades. Isso ocorre porque a noção de poder é muitas vezes tratada de forma separada das condições estruturais da sociedade⁶.

Dessa forma, a responsabilidade por alterar o modo de vida e melhorar situações sociais que impactam a saúde recai sobre o indivíduo. Tal mudança de comportamentos visa mitigar os riscos e preditores de vulnerabilidade. Em termos de políticas públicas, a Moderna Saúde Pública direciona o foco dos cuidados para grupos sociais considerados de risco ou mais vulneráveis. Apesar de ter potencial para atender a grupos específicos, esse modelo de

política pública resulta frequentemente em um conjunto de programas fragmentados e com recursos limitados, o que restringe a universalidade do acesso e deixa de fora grupos que não são prioritários.

Estudos na área têm estabelecido relações entre o consumo de substâncias psicoativas e diversas questões sociais. Entre elas, foram identificadas conexões com a violência, a criminalidade e a pobreza. Além disso, um número considerável de pesquisas explora a ligação entre o consumo de substâncias psicoativas e categorias sociais.

A Saúde Coletiva apresenta uma outra concepção de cuidado por compreender o fenômeno do consumo de substâncias psicoativas a partir de sua determinação social, ou seja, parte da questão social sincrética às sociedades capitalistas, e não apenas um problema individual ou atribuível à substância psicoativa em si⁶.

Nesta perspectiva, a substância assume a condição de mercadoria-fetiche na formação social capitalista, valorizada como uma "solução aliviadora" para o mal-estar social, convergindo assim, com o constructo discorrido neste estudo.

Sob o ponto de vista da Saúde Coletiva as respostas de saúde não devem focar apenas na abstinência ou na medicalização, mas sim em ações de Redução de Danos amplas, que busquem a instrumentalização da "inteligência popular" para compreender as raízes dos problemas e construir políticas públicas que respondam às necessidades de saúde.

As estratégias de Redução de Danos foram incorporadas pela Saúde Pública na década de 1980, inicialmente para prevenir a epidemia de AIDS, especialmente entre usuários de substâncias psicoativas injetáveis. Esta prática tem sido pouco incorporada em países de capitalismo central, onde a preocupação é mais com a aceitação da população do que com a avaliação do impacto das ações. Nesses países, a Redução de Danos é frequentemente tolerada como uma estratégia complementar, submetida à política de "guerra às drogas", vista como última alternativa para dependentes considerados refratários à abstinência. Nos países de capitalismo periférico tal estratégia tem melhor aceitação sendo empregada de maneira mais ampla, contudo ainda sob uma perspectiva medicalizante da ordem da prevenção¹¹.

Destarte propõe-se ações conjuntas emancipatórias que desmistifique o consumo de substâncias psicoativas, exponha suas raízes sociais e as contradições do sistema capitalista, e fortaleça os sujeitos (como classe social) para a luta coletiva.

Entende-se que tal problematização possa ser um instrumento para gerar crítica à ideologia do consumo de substâncias psicoativas.

Em síntese, as respostas do Sistema Único de Saúde ao uso problemático de substâncias psicoativas são diversas e muitas vezes também contraditórias. Enquanto há um esforço para incorporar a redução de danos e a atenção psicossocial, persistem abordagens ligadas à "guerra às drogas" e à medicalização de problemas sociais, as quais são criticadas por serem ineficazes, estigmatizantes e por não endereçarem as raízes estruturais do problema, ligadas ao capitalismo e ao mal-estar contemporâneo. A Saúde Coletiva propõe uma via emancipatória, focada na compreensão social e na ação coletiva para a transformação da realidade.

O quadro 03:

	SAÚDE PÚBLICA TRADIONAL	MODERNA SAÚDE PÚBLICA	SAÚDE COLETIVA
Consumo de substâncias psicoativas	É um agravo/doença abordada como um problema genético e/ou comportamental – a dependência química	É um comportamento de risco, onde o uso abusivo de drogas juntamente com outros fatores de risco representam as causas para os desfechos negativos, por exemplo aqueles ligados à violência	É uma necessidade humana que se reproduz socialmente. Na formação social capitalista, ocorre uma inflexão particular, pois a droga, enquanto produto do trabalho humano, assume a condição de mercadoria-fetiche. A estrutura e dinâmica sociais constituem uma mal estar social determinante para os consumos que podem levar a desfechos de desgaste ou não.

Arcabouço teórico-metodológico	Funcionalista/ unicausal Biomédico/higienista	Funcionalista/ multicausal Promoção à Saúde	Materialista Histórico Dialético Epidemiologia Crítica
Respostas de saúde	Abstinência total a partir de uma norma/padrão adequado, ou alternativa para consumidores fim de linha.	Estratégias preventivistas e antecipatórias para redução de fatores de risco através do aumento do disciplinamento social	Redução de Danos e lutas sociais para instrumentalização da inteligência popular na compreensão das raízes dos problemas de saúde-doença, e no protagonismo político para construção de políticas públicas de saúde que respondam às necessidades de saúde
Respostas sociais: políticas públicas para álcool e outras drogas	Internações (inclusive involuntárias e compulsórias) e medicalização para consumidores	Programas focalizados em populações expostas a maiores riscos (trabalhadoras do sexo, jovens e sem-teto) para consumidores e não consumidores	Ações de Redução de Danos, educação emancipatória e descriminalização para todas as

Quadro 03: Caracterização e diferenciação das concepções de saúde-doença que amparam o conhecimento na área do consumo de substâncias psicoativas. / Fonte: ⁶ (pg. 16).

5. Considerações Finais

Para responder a pergunta norteadora que nos trouxe até este ponto do trabalho, consideramos que a literatura científica apresentada oferece uma visão crítica e multifacetada sobre a relação entre o capitalismo e o uso problemático de substâncias psicoativas no campo da saúde pública, em que as substâncias psicoativas – lícitas e/ou ilícitas, são fundamentalmente concebidas como mercadorias dentro da estrutura e dinâmica do modo de produção capitalista. Essa característica é vista como central para compreender o consumo na contemporaneidade.

A produção em grande escala, capitalização e a fabricação tecnocientífica das substâncias psicoativas, estabeleceram uma nova relação do sujeito com tais objetos, frequentemente destituindo referenciais simbólicos que poderiam mediar seu uso.

O sistema capitalista, especialmente sob o neoliberalismo, é apontado como gerador de desigualdades sociais e de um mal-estar contemporâneo, que é considerado uma condição geral na sociedade atual. Esse mal-estar, juntamente com necessidades alienadas que são criadas e aprofundadas pelo sistema político e econômico, constitui um determinante estrutural do consumo

de substâncias psicoativas, de forma a valorizar o seu uso como uma solução ou alívio imediato (gadget) para essas condições. Alinham-se assim, à lógica capitalista ao "tamponar" a falta e gerar lucro, tornando-se compatíveis com o imperativo em manter corpos funcionais para o modo de produção capitalista.

Para lidar com essa condição de uso de substâncias psicoativas como problema de saúde pública, que surge a partir do advento e desenvolvimento do capitalismo, o Sistema Único de Saúde (SUS) tem apresentado diversas respostas complexas, contraditórias e influenciadas por diferentes concepções teóricas e lógicas sociais, muitas vezes submetidas à própria lógica capitalista e medicalizante.

Em suma, as respostas do SUS, no que tange ao consumo de substâncias psicoativas, parecem oscilar entre abordagens que refletem concepções da tradicional e da moderna saúde pública (foco no indivíduo, risco, medicalização, abstinência, disciplinamento social e, em articulação com o Estado, a repressão/criminalização), e iniciativas influenciadas pela Redução de Danos e pelos ideais da Saúde Coletiva (que, embora crítica às limitações da Redução de Danos hegemônica, a defende como um caminho mais humano e coerente). Todavia, as práticas dominantes tendem a ser medicalizantes, individualizantes e funcionais para a ordem social que gera o mal-estar, falhando em abordar as raízes sociais estruturais do problema, conforme preconiza a Saúde Coletiva.

Dessa forma se os fatores econômicos e sociais compõem as causas das doenças, as soluções para combatê-las devem ser também políticas econômicas e sociais⁹.

Referências

- 1) Nicastri, S. Drogas: classificação e efeitos no organismo. In: Prevenção ao uso indevido de drogas: capacitação para conselheiros e lideranças comunitárias. Brasília: SENAD, 2010.
- 2) Araújo, M. R.; Moreira, F. G. Histórias das drogas. In: SILVEIRA, D. X.; MOREIRA, F. G. (Org.) Panorama Atual de Drogas e Dependências. São Paulo: Ateneu, 2006.
- 3) Escohotado, A.; História general de las drogas. Madri: Espasa Calpe, 2005.
- 4) Pasquim, Heitor Martins. Lazer na área de drogas: construção coletiva de crítica e de práticas emancipatórias. São Paulo. 2017; 182 p.

- 5) Machado PP, Oliveira NRF de, Mendes ÁN. O indigesto sistema do alimento mercadoria. Saude soc [Internet]. 2016Apr;25(2):505–15. Available from: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902016151741>
- 6) Arruda, Marcel Segalla Bueno. A Cracolândia muito além do crack. São Paulo, 2014.
- 7) Silveira LC, Almeida AN, Carrilho C. Os benzodiazepínicos na ordem dos discursos: de objeto da ciência a objeto gadget do capitalismo. Saude soc [Internet]. 2019Jan;28(1):107–20. Available from: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902019180615>
- 8) Max R, , Danziato L. Drogas, biopolítica e subjetividade: interfaces entre psicanálise e genealogia. Revista Subjetividades [Internet]. 2015;15(3):417-427. Recuperado de: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=527553110010>
- 9) Frazão P, Minakawa Mm. Medicalização, desmedicalização, políticas públicas e democracia sob o capitalismo. Trab educ saúde [Internet]. 2018May;16(2):407–30. Available from: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00123>
- 10) Soares, Cassia Baldini. Consumo contemporâneo de drogas e juventude: a construção do objeto da perspectiva da saúde coletiva [livre docência]. São Paulo: Universidade de São Paulo, Escola de Enfermagem; 2007
- 11) Santos, V. E. dos, Soares, C. B., & Campos, C. M. S. (2012). A produção científica internacional sobre redução de danos: uma análise comparativa entre MEDLINE e LILACS. *SMAD, Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool E Drogas (Edição Em Português)*, 8(1), 41-47. <https://doi.org/10.11606/issn.1806-6976.v8i1p41-47>
- 12) Pechansky F, Szobot CM, Scivoletto S. Uso de álcool entre adolescentes: conceitos, características epidemiológicas e fatores etiopatogênicos. Braz J Psychiatry [Internet]. 2004May;26:14–7. Available from: <https://doi.org/10.1590/S1516-44462004000500005>
- 13) Toby Seddon, Drug policy and global regulatory capitalism: The case of new psychoactive substances (NPS), *International Journal of Drug Policy*, Volume 25, Issue 5, 2014, Pages 1019-1024, ISSN 0955-3959, Toronto, C. E.; Remington R. (eds.), *A Step-by-Step Guide to Conducting an Integrative Review*, https://doi.org/10.1007/978-3-030-37504-1_1
- 14) Ventriglio A, Bhugra D. Políticas do capitalismo neoliberal e saúde mental. *Revista Internacional de Psiquiatria Social*. 2023;69(6):1301-1302. doi: [10.1177/00207640231200545](https://doi.org/10.1177/00207640231200545)